

Economia em Debate

nº 244

(09/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

‘BNDES é muito quadrado’

O Estado de S. Paulo - 09/04/2018

Ex-ministro diz que Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem de mudar processos e fazer parceria com o setor privado. “Competir com o mercado é estupidez.”

Dyogo Oliveira, que assume hoje a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, vai mudar todos os processos internos decisórios da instituição. Terceiro presidente em menos de dois anos, o ex-ministro do Planejamento quer conduzir a “virada” do BNDES para uma nova realidade da economia com juros baixos. Na sua avaliação, o banco ainda é muito “quadrado” e precisa oferecer novos produtos. “O BNDES não foi desenhado para competir com o mercado”.

O que sr. vai fazer para mudar a paralisia do BNDES?

A área de infraestrutura tem de se modernizar. Precisa ter, ao menos, estruturas de financiamento “non recourse”, que usam como garantia a própria estrutura do projeto. Facilita a execução do projeto com os próprios recebíveis. Vamos atuar também por meio do mercado de capitais comprando debêntures e operações sindicalizadas. O banco não está parado. Desembolsou R\$ 70 bilhões em 2017. O BNDES enfrenta dificuldades e é preciso uma série de ações para restabelecer a normalidade. Tem de revisar os processos internos, a maneira como as operações são organizadas e aprovadas, reduzir os prazos. Os modelos de financiamento têm de ser mais flexíveis. O banco ainda é muito quadrado: “o meu negócio é assim que funciona, se você quiser você pega”.

Qual sua prioridade?

A parceria com o setor privado. Vamos facilitar a utilização de recursos privados nos projetos. No foco de ação, colocamos inovação, tecnologia, desenvolvimento de novas empresas, negócios, as pequenas empresas – porque nesse mercado o banco tem ainda vantagem, o custo das empresas é vantajoso e tem espaço para avançar –, a infraestrutura e a área de comércio exterior.

Sua gestão vai ajudar a privatizar a Eletrobrás?

O BNDES tem papel fundamental, que é conduzir o processo. Vamos dar prioridade à Eletrobrás, começando pelas distribuidoras (o leilão das seis distribuidoras de energia administradas pela Eletrobrás está marcado para maio).

Qual é o grau de importância desse processo?

A privatização da Eletrobrás é a oportunidade de o País passar a ter uma empresa de classe mundial na área de energia. Hoje temos uma empresa descapitalizada, que não está participando nem dos leilões aqui no Brasil, sem perspectiva de investimentos no curto prazo, com dificuldades gerenciais e

administrativas, nível de endividamento elevado. É uma empresa em dificuldades. O modelo de privatização, que é na verdade uma capitalização da empresa, pressupõe trazer dinheiro para ela voltar a investir.

Dá para fazer ainda este ano? Vamos trabalhar para isso.

Por que o banco não fez nenhuma captação externa até agora? Ele está com o caixa cheio.

Com a queda dos juros, as empresas começam a antecipar pagamento de dívidas. Qual o impacto disso para o banco?

Qual empresa pode fazer isso? Uma relativamente grande, com acesso a mercados de capitais e financiamento mais barato. Essa empresa, em princípio, não deveria ter financiamento do BNDES.

E quais deveriam ter acesso a esse financiamento?

As que não têm acesso ao mercado de capitais barato, nacional e estrangeiro.

Foram as que tiveram acesso aos recursos nos últimos anos? O BNDES não foi feito para isso. Desvirtua seu papel. Se a empresa pode ter financiamento no mercado, não faz sentido. Não vejo problema de as empresas estarem pré-pagando as dívidas. O que era um problema era as empresas pegarem dinheiro no BNDES para aplicar no mercado e ganhar mais. Isso ocorreu em volumes consideráveis.

As chamadas “campeãs nacionais” não vão ter mais acesso a esse crédito?

Não estão proibidas. Mas o foco não pode ser esse.

Como será a atuação no segmento de infraestrutura, em que há mais dependência do crédito do BNDES?

Essas empresas precisam de 20, 30 anos de prazo, e não conseguem captar isso no mercado facilmente. O BNDES pode ser o dínamo do mercado de debêntures de infraestrutura, estruturar as operações no formato que seja securitizável (ou seja, com financiamentos garantidos pelo caixa futuro da operação). O banco vai passar por uma grande mudança cultural. O formato de atuação até hoje é diferente do que vai ter daqui para a frente. O grande trabalho será convencer as pessoas dessa mudança e fazer com que compre esse novo BNDES. Isso não é trivial. O banco tem de se reinventar. Esse é o grande desafio que vai durar os próximos cinco, dez anos. O banco não vai morrer, vai fazer uma transição. Vai passar a atuar em outras áreas como dinamizador da inovação, da tecnologia, do investimento. Vai atuar de maneira mais ágil e flexível, adaptado à necessidade do seu cliente. Vamos lançar mais produtos.

Como o BNDES vai enfrentar os bancos privados?

O banco vai trabalhar em parceria com os privados. O BNDES não foi desenhado para competir com o mercado. Em algum momento, o BNDES se expandiu de tal maneira que expulsou o mercado. A ponto de as empresas pegarem dinheiro no BNDES para aplicar. O princípio tem de ser atender a uma necessidade do País que não está sendo atendida de outra maneira. Competir com o mercado é estupidez.

Mesmo com devolução de mais de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional, ainda restarão recursos que estavam sendo renegociados. O sr. vai continuar esse processo?

A maior parte dos recursos está emprestada ou aplicada nos projetos das empresas. É preciso coadunar esse fluxo de pagamentos com a devolução dos empréstimos ao Tesouro. O BNDES já devolveu valores e ainda tem mais R\$ 100 bilhões para devolver este ano. Daí para a frente, tem de haver equilíbrio entre o fluxo de devoluções para o Tesouro e o fluxo de pagamento das operações.

Cartão consome cerca de um terço do orçamento O Estado de S. Paulo - 09/04/2018

Nos últimos tempos, os gastos excessivos com o cartão de crédito entraram no foco do Banco Central e de entidades de defesa do consumidor. No ano passado, chegou-se a lançar uma campanha pelo “uso consciente” do cartão, e houve mudança nas regras do pagamento do crédito rotativo, uma forma de diminuir os juros pagos pelo consumidor. Mesmo assim, o pagamento da fatura do cartão ainda consome cerca de um terço do orçamento de quem usa o “dinheiro de plástico”.

Segundo dados da plataforma de finanças pessoais Guia Bolso, em média, 33,22% dos ganhos foram usados para quitar a conta do cartão em janeiro – número até um pouco maior que o observado seis meses antes (32,81%). O número está bem acima do recomendado por especialistas – para Bruno Poljokan, diretor da fintech de crédito Just, o ideal seria algo em torno de 10%. Entre os principais gastos dentro da fatura do cartão estão as compras, que vão desde roupas e utensílios a jogos online, (26,93%), mercado (12,86%) e transporte (12,05%).

Gastos com serviços e mercado – além das famosas “parcelinhas” – são as principais contas da fatura do editor de vídeo João Vitor Albuquerque. O saldo final das contas corrói 60% do orçamento todo mês. O número é alto porque é no cartão que ele concentra todos os gastos – até a recarga do bilhete único. Albuquerque justifica que adota essa estratégia para obter vantagens oferecidas pelas instituições financeiras como a conversão em milhas aéreas.

A peleja de todo mês é organizar as parcelas de modo a não comprometer ainda mais o fluxo de caixa e acabar caindo na ciranda de juros da dívida mais cara do mercado: o rotativo do cartão de crédito. “Quando era mais novo, tinha

muita dificuldade de pagar, e acabava empurrando com a barriga. Não sei se o que faço hoje é muito inteligente, mas foi como consegui me organizar.”

Para Nicola Tingas, economista da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), as pessoas abusam do cartão de crédito pela falta de informação e pela necessidade de complementar a renda. “Muita gente não tem noção de que está com um produto tão caro e, quando vê, já está afundada em dívidas”, observa. Além disso, lembra, em fase de recuperação da economia, as pessoas começam a voltar a cometer pequenas “extravagâncias”.

Dívidas. Para Poljokan, da Just, o grande vilão do cartão são as compras parceladas. “Quando parcela o valor da compra, a pessoa perde a noção de fluxo de caixa e vai comprometendo a conta até chegar ao limite e não conseguir pagar, acabando no rotativo”, explica.

Uma regra geral de finanças que ele recomenda é a 50-15-35, em que 50% do orçamento é destinado a gastos essenciais, como aluguel e contas da casa; 15% para juros de financiamentos, como carros, apartamento ou empréstimo pessoal; e 35% para gastos com estilo de vida. O primeiro passo para se organizar, segundo Poljokan, é evitar parcelar compras atreladas ao estilo de vida – como salão de beleza e viagens –, deixando essa facilidade para gastos maiores.

Além da comodidade de contratação e da popularização do cartão de crédito, Marianne Hanson, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), explica que o cartão toma tanto espaço no orçamento porque vem substituindo outras modalidades de dívida mais utilizadas pelo brasileiro no passado, como o cheque pré-datado e o carnê de loja.

No início de 2010, quando teve início a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), medida pela CNC, o cheque pré-datado era apontado como a principal dívida por 4% dos entrevistados. Já em março deste ano, essa modalidade foi apontada como a maior por apenas 1,2%. No caso do carnê de loja, era o principal responsável pelas dívidas para 30% dos entrevistados em 2010, tendo caído quase à metade no mês passado (16%). Já a dívida do cartão de crédito hoje é apontada como a principal por 76,4% das famílias endividadas, de acordo com a CNC.

Regras do rotativo. Há um ano o governo mudou as regras do rotativo. Agora, os bancos são obrigados a transferir, após um mês, a dívida do rotativo do cartão para a modalidade parcelada, a juros mais baixos.

A intenção do governo era permitir que a taxa de juros para o rotativo recue, já que o risco de inadimplência, em tese, cai com a migração para o parcelado. O juro médio total cobrado no rotativo, entretanto, subiu 5,9 pontos percentuais de janeiro para fevereiro, segundo o Banco Central. Com isso, a taxa passou de 328% em janeiro para 333,9% ao ano em fevereiro.

Com retomada lenta, desemprego estaciona na série com ajuste sazonal Valor Econômico - 09/04/2018

Mais um sinal da lenta e gradual recuperação da economia, a taxa de desemprego livre de influências sazonais dá sinais de estabilidade nos últimos meses. Na série calculada pela LCA Consultores, por exemplo, a desocupação estacionou em 12,4% desde o trimestre encerrado em dezembro. Para comparar, a taxa de desocupação média em 2014, antes do início da deterioração mais acentuada do mercado de trabalho, ficou em 6,8%.

Na série ajustada sazonalmente pela LCA, o desemprego atingiu a máxima de 13,2% nos três meses terminados em março do ano passado. A partir de abril, a taxa começou a recuar, atingindo 12,5% no trimestres móveis encerrados em outubro e novembro, refletindo a melhora um pouco mais forte da ocupação. A taxa então recuou para 12,4% no trimestre até dezembro, e aí ficou estacionada.

Na série original, que não desconsidera os fatores típicos de cada período, o desemprego ficou em 12,6% nos três meses terminados em fevereiro. Já no último trimestre de 2017, a taxa por esse critério foi de 11,8%.

Nos três meses até fevereiro deste ano, a ocupação caiu 0,3% em relação aos trimestre terminado em janeiro, feito o ajuste sazonal. A população economicamente ativa (PEA), por sua vez, também recuou 0,3% nesse período. "A recuperação da economia ainda é gradual, e isso tem reflexo na taxa de desemprego", resume o economista Fábio Romão, da LCA.

Para Romão, a retomada se dá num ritmo mais cadenciado, o que não significa que a atividade não esteja crescendo. Mas, como a melhora é gradativa, isso leva a uma expansão moderada da geração de empregos. Na visão do economista, a ocupação deve subir aos poucos nos próximos meses a queda registrada nos três meses até fevereiro não seria uma tendência. "Mas não vejo grande aceleração aí", diz Romão, para quem a fatia do emprego formal deve aumentar um pouco, num processo também lento.

Por enquanto, o aumento da população ocupada continua muito concentrado nos trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada, como diz a Rosenberg Associados. "Ou seja, emprego informal", observa a consultoria, em relatório.

Romão cita os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) como um sinal de um começo de ano "relativamente morno". Na série com ajuste sazonal, a diferença entre admissões e demissões no setor formal ficou em apenas 1,8 mil em fevereiro, uma desaceleração em relação aos 50 mil de janeiro. Na média dos dois meses, a geração de vagas foi de 25,3 mil postos de trabalho, inferior à média de 74 mil dos dois últimos meses do ano passado, nota Romão.

Coordenadora de macroeconomia e política da Tendências Consultoria Integrada, Alessandra Ribeiro vê uma "relativa acomodação" no processo de geração de empregos. Pelos cálculos da Tendências, na série dessazonalizada a ocupação caiu 0,2% no trimestre até fevereiro, interrompendo uma sequência de dez altas consecutivas. Pelo ajuste sazonal da consultoria, a taxa de desemprego recuou de 12,5% nos três meses terminados em janeiro para 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro.

Para Alessandra, a economia "perdeu um pouco de tração" nos primeiros meses de 2018, mas a retomada da atividade continuará em curso, especialmente devido ao impacto da forte queda dos juros. A redução expressiva da Selic deverá ter efeito sobre a economia, num cenário em que empresas e famílias já estão em melhores condições financeiras, com nível mais baixo de endividamento, diz Alessandra. Ela pondera que o spread bancário (a diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa cobrada dos clientes) está demorando para cair, mas avalia que isso tende a ocorrer com mais força com a redução do risco, num quadro de melhora da inadimplência de pessoas físicas e jurídicas.

Em resumo, Romão e Alessandra acreditam numa melhora gradual da ocupação nos próximos meses. Na visão da LCA, a taxa média de desemprego com ajuste sazonal terminará 2018 em 12%, abaixo dos 12,8% do ano passado, mas ainda assim superior aos 11,5% de 2016. A queda da desocupação não será maior porque a população economicamente ativa também vai subir, embora a um ritmo um pouco inferior ao do emprego. Com a melhora da economia, mais pessoas passam a buscar emprego, entrando na força de trabalho, observa Romão. A taxa de desemprego é a comparação do nível de desocupados com a PEA.

Selic poderia voltar a dois dígitos com 'choque eleitoral'

Valor Econômico - 09/04/2018

O cenário de juros baixos no país pode se tornar insustentável caso um candidato pouco comprometido com reformas fiscais seja eleito. A reversão das perspectivas para os ajustes econômicos traria tamanho impacto nos mercados financeiros, principalmente no câmbio, que a Selic voltaria aos dois dígitos já no começo do ano que vem. Essa é a conclusão de um estudo da MCM Consultores Associados.

Conforme esse cenário "pessimista", a taxa básica teria de ser elevada para 10% no primeiro trimestre de 2019, permanecendo por algum tempo nesse nível. Isso representaria um aumento de 3,75 pontos percentuais ante a mínima histórica de 6,25% ao ano, que se espera para a Selic neste ciclo de cortes.

Vale destacar que esse cenário alternativo coloca a Selic num nível bem mais elevado que o apontado pelo mercado. Os juros futuros projetam taxa básica próxima de 7,22% em abril do ano que vem e de 9,17% no encerramento de 2019. As apostas também têm sido afetadas pelas incertezas políticas. Para o

curto prazo, a chance de corte da Selic em maio, do nível atual de 6,50% para 6,25%, está em 63%, após tocar 85% há duas semanas.

O principal catalisador de uma piora seria uma disparada do dólar, que teria efeitos inflacionários no país. O dólar sairia de R\$ 3,50 em setembro de 2018 para até R\$ 4,40 em junho de 2019, diz o estudo. Sem a reação da autoridade monetária, a inflação projetada terminaria o ano que vem em 6,4%, bem distante do centro da meta para o ano que vem, de 4,25%. Logo, o Banco Central seria forçado a agir para controlar os preços e reduzir as expectativas de inflação.

Sob uma atuação mais firme do BC, a inflação voltaria para 4% no fim de 2020, atingido o alvo do ano. A deterioração da economia poderia fazer o novo governo aprovar algumas reformas. "Sem isso, o descontrole fiscal fará a política monetária perder eficácia, gerando impactos profundamente negativos sobre a formação das expectativas de inflação", afirma a MCM Consultores.

O quadro eleitoral ainda é rodeado de incertezas mesmo com o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva cada vez mais distante da disputa. O petista é considerado um dos principais riscos à continuidade das políticas econômicas atuais. Por outro lado, os candidatos reformistas, mais "amigáveis" na avaliação do mercado, ainda patinam nas pesquisas de intenção de voto. E a indefinição tende a gerar instabilidade no câmbio, já que a possibilidade de vitória de um candidato com visão econômica fora do tradicional não pode ser desprezada.

"O cenário político continua caótico", na avaliação do Commerzbank. Com a saída de Lula, que liderava as pesquisas, a eleição está mais aberta do que nunca. E o segundo colocado na intenção de votos, segundo as pesquisas, Jair Bolsonaro, "não seria realmente uma alternativa do ponto de vista do mercado financeiro", acrescenta. Com a aproximação das eleições, a volatilidade no câmbio deverá aumentar. O Commerzbank projeta que o dólar chegará em R\$ 3,50 antes das eleições.

Ainda assim, o mercado põe suas fichas na vitória de um candidato favorável a reformas na eleição presidencial deste ano. Não se descarta, contudo, a chegada de um "quase reformista". Esses candidatos são aqueles que defendem as reformas, mas levantam dúvidas sobre seu comprometimento ou capacidade de tocar essas pautas no Congresso.

Para a consultoria Eurasia, esse é o caso do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, que já se filiou ao PSB. Se confirmada a sua entrada na corrida eleitoral nesta semana, cresce a chance de um candidato "quase reformista" ganhar. A chance atualmente é de 40%, pelos cálculos da consultoria.

Quase 60% das novas empresas são prestadoras de serviço

DCI - 09/04/2018

No cenário de recuperação da economia, 58% das empresas abertas em 2017 são prestadoras de serviço, sendo que comércio e indústria ficaram em segundo e terceiro lugar, com 31% e 11%, de acordo com as categorias do Sebrae. Os números foram consolidados a partir de pesquisa realizada pela Unitfour, fornecedora de dados para o mercado.

Dentre as regiões, o Sudeste – que abriga cidades como São Paulo, Rio Janeiro e Belo Horizonte – registrou 48% dos novos empreendimentos em 2017. No mesmo período, as regiões Sul e Nordeste apresentaram 16% e 13%, respectivamente. Ao longo do ano, o segundo semestre foi o de maior abertura de novos negócios, com 52%, representando um aumento de 4% em comparação com os primeiros seis meses, sendo que agosto e outubro somaram cerca de 19% do total. Embora a taxa de abertura de empresas tenha caído 21% em 2017 em comparação com 2016, 2018 já começou com melhores resultados. O mês de janeiro registrou alta de 69% na criação de companhias em relação a dezembro, com prestadores de serviço em evidência (64%).

Custo de vida dos paulistanos registra ligeira alta em março

DCI - 09/04/2018

O custo de vida dos paulistanos apresentou ligeira alta, de 0,03%, em março na comparação com fevereiro, segundo levantamento divulgado na última sexta-feira (6) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Desta forma, o primeiro trimestre, o indicador de custo de vida do município de São Paulo fechou com aumento de 1,04% e, no acumulado em 12 meses até o terceiro de 2018, variou 2,57%.

A taxa do estrato de renda 1, que engloba as famílias de menor renda, foi de 0,03%; a do estrato 2, de -0,01%; e a do estrato 3 foi positiva, de 0,05%. Entre abril de 2017 e março de 2018, as taxas acumuladas mais altas foram registradas para as famílias com poder aquisitivo maior, do terceiro estrato, 3,13%. Para o primeiro estrato, a taxa foi de 1,64% e para o 2º, de 1,99%. Nos três primeiros meses do ano, para as famílias pertencentes ao estrato 1, a variação foi de 0,53%; para as do estrato 2, 0,78%; e, para as do 3, 1,28%.

Ainda conforme o Dieese, foram registradas taxas positivas nos grupos: Saúde (0,34%), Transporte (0,20%), Educação e Leitura (0,11%) e Habitação (0,03%). Os demais grupos tiveram taxas negativas: Despesas Diversas (-1,21%),

Recreação (-0,78%), Equipamento Doméstico (-0,72%), Despesas Pessoais (-0,15%), Alimentação (-0,11%) e Vestuário (-0,06%).

Os grupos Saúde (0,34%) e Transporte (0,20%) contribuíram com 0,08 ponto percentual (p.p.) para a taxa geral e a Alimentação (-0,11%), com queda de 0,03 p.p.

O reajuste do grupo Saúde (0,34%) ocorreu devido à alta de 0,37% no subgrupo assistência médica, uma vez que os seguros e convênios (0,48%) e os exames laboratoriais (0,27%) foram reajustados. Houve variação nos medicamentos (0,16%) e nos produtos farmacêuticos (0,42%), o que elevou o subgrupo medicamentos e produtos farmacêuticos em 0,17%.

TST aplica filtro processual previsto em reforma para vetar recursos Valor Econômico - 09/04/2018

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) aplicou, em duas decisões recentes, um filtro criado pela reforma trabalhista para recusar a análise de dois recursos - um proposto por uma empresa e o outro por uma trabalhadora. Os casos são de relatoria do ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.

O filtro, chamado de "princípio da transcendência", começou a ser utilizado em março. É provavelmente a segunda vez que é aplicado pelos ministros. Ele traz quatro critérios para a seleção dos recursos. Agora, o caso precisa ter relevância econômica (valor da causa elevado), política (violação de jurisprudência ou súmulas do TST ou do Supremo Tribunal Federal), social (tratar de direitos constitucionalmente assegurados) ou jurídica (questão nova sobre interpretação da legislação trabalhista).

Os requisitos foram incluídos pela reforma trabalhista - Lei nº 13.467/2017, em vigor desde novembro. O ministro Breno Medeiros foi o primeiro a aplicar o princípio. Cabe ao relator de cada processo avaliar se estão presentes os critérios da transcendência. Se a avaliação se der em julgamento de agravo, a decisão é irrecurável. Caso seja em recurso de revista, cabe recurso à turma.

Em um dos casos, o Banco do Brasil tentou reverter decisão sobre pagamento de horas extras a um empregado (AIRR 145700-19.2014.5.13.0005). No pedido ao TST, alegou relevância jurídica e econômica, pelo elevado valor da condenação (duas horas extras diárias por cinco anos). De acordo com o advogado do trabalhador, Gustavo Olímpio Rodrigues, a sentença ainda não determinava a quantia a ser paga.

Na decisão, o ministro afirma que o recurso não atende a nenhum dos requisitos do artigo 896-A da CLT, que trata da transcendência. O assunto não é novo, não há conflito com a jurisprudência nem questões constitucionais, segundo ele. O ministro cita ainda que mudanças da reforma trabalhista sobre a prescrição também não afetam o caso concreto, já que os fatos ocorreram antes da lei.

No outro caso (AIRR 1007-92.2016.5.11.0015), uma trabalhadora recorreu de decisão sobre doença ocupacional e pedia danos morais à Moto Honda da Amazônia e à Sodexo Rid Serviços e Comércio de Alimentação. O ministro também não encontrou os pré-requisitos para reconhecer a transcendência. De acordo com ele, o pedido de indenização de R\$ 112,6 mil não revela a relevância econômica do pedido.

O valor que indica "relevância econômica" é um dos aspectos práticos sobre a transcendência que ainda deverão ser esclarecidos, segundo a advogada Paula Santore Carajelescov, sócia do Rayes e Fagundes Advogados. Com poucos julgados, acrescenta, ainda é cedo para avaliar qual será o rumo da jurisprudência.

Em nota, a Moto Honda informou que a trabalhadora era funcionária direta da Sodexo, que é prestadora de serviços. Banco do Brasil e Sodexo não deram retorno até o fechamento da edição.

Vale poupar com horizonte de tempo maior **O Estado de S. Paulo - Fábio Gallo - 09/04/2018**

Tenho aplicado no Tesouro Direto R\$ 288 mil líquidos atualmente. A maior parte desse montante está em Tesouro IPCA 2035: R\$ 160 mil. Tenho R\$ 85 mil em Tesouro IPCA 2024 e R\$ 35 mil em Tesouro Selic, sendo que o restante do dinheiro está em Tesouro IPCA 2019. Entrei num site que calculou que, no meu caso, em 15 anos, se eu depositar R\$ 113 por mês com juros de 8,56% ao ano, vou chegar a R\$ 1 milhão. Confere? É isso mesmo?

O cálculo está certo. Com um depósito inicial de R\$ 288 mil, aplicando-se R\$ 113 por mês, com juros de 8,56% ao ano – equivalente a 0,689% ao mês –, você terá ao final de 180 meses o valor nominal de R\$1.027.228,99. Fazendo a mesma conta no simulador do Tesouro Direto, considerando o título pós-fixado Tesouro IPCA+ com vencimento em 2033, com rentabilidade de 5,11% ao ano de taxa de juros, inflação de 3,92% ao ano e taxa Selic a 6,25% ao ano, o valor acumulado será de R\$ 1.141.707,24 já descontando os custos de custódia e administração, que devem ser pagos à B3, banco e corretora. Melhor ainda, não? Mas – sempre tem “mas” –, esses cálculos são simulações que têm algumas simplificações. Aqui está sendo admitido que os juros serão mantidos nesse patamar, assim como a Selic, e que a inflação estará controlada. Além disso, não está sendo considerado o Imposto de Renda, que vai levar 15% do valor, o que diminuiria o saldo para um montante em torno de R\$ 970 mil. No entanto, o que é mais importante aqui é o exemplo de que poupar com horizontes de tempo maiores leva à possibilidade de realização de nossos sonhos. Mesmo sem os juros altíssimos que tínhamos até pouco tempo, organizar-se para o futuro é o melhor caminho.

Minha filha fez a saída definitiva do País em 2016. Em 2017, fez o ajuste anual referente ao ano 2016. Em 2017, venceu uma aplicação de renda fixa, cujo valor foi para a conta-corrente, remetido para a sua conta no exterior. Em 2018, o que deve ser feito? Um novo ajuste anual referente ao ano 2017? O valor da aplicação já estava declarado. A novidade foi a “baixa” da aplicação cair na

contacorrente e a remessa desse valor ao exterior. Embora não seja o caso da minha filha, estendo questão: e se ela tivesse recebido aluguel todo mês?

A sua filha não tem de fazer declaração alguma, tendo em vista que já fez a Declaração de Saída Definitiva do País no ano passado. Como não residente no Brasil, o recebimento de aluguéis de imóveis aqui localizados ou no caso de recebimento de ganho de capital por venda de imóveis vai estar sujeito à tributação exclusiva na fonte com a alíquota de 15%. Segundo a Receita Federal, “os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por não residente, estão sujeitos à tributação exclusiva na fonte ou definitiva”. Sendo que a venda de bens e direitos situados no Brasil realizada por não residente está sujeita à tributação definitiva sob a forma de ganho de capital, com alíquotas que podem variar de 15% a 22,5%. Com o detalhe: na apuração do ganho de capital de não residente, não se aplicam as isenções e reduções do imposto previstas para os residentes no Brasil. De maneira geral, uma pessoa física que mora fora não precisa fazer a Declaração anual de Imposto de Renda. Mas, se essa pessoa tiver investimentos no Brasil, embora não tenha de declarar, deve notificar a instituição financeira sobre a sua condição de não residente. Por outro lado, o Brasil mantém acordos internacionais e reciprocidade de tratamento fiscal com vários países para evitar a dupla tributação do Imposto de Renda. Nesses casos, o imposto pago poderá ser compensado com o imposto devido em nosso País.

Haverá guerra comercial?

O Estado de S. Paulo - Claudio Adilson Gonzalez - 09/04/2018

Desde que o economista britânico David Ricardo apresentou a Teoria das Vantagens Comparativas, em seu livro *Princípios da Economia Política e Tributação* (1817), o mundo compreendeu melhor os benefícios do comércio internacional. Ricardo mostrou que em um mundo de dois países, ambos podem beneficiar-se do comércio internacional, mesmo na hipótese de um deles ser mais eficiente do que o outro na produção de todos os bens. Para tanto, cada um deveria especializar-se na produção daqueles bens em que é relativamente mais produtivo e complementar suas necessidades de consumo e investimento por meio do comércio com o outro país.

O mundo real é mais complicado do que o utilizado na teoria de Ricardo. Fatores como a dinâmica de longo prazo dos preços relativos, evolução dos custos de transporte, ganhos de escala, indústrias nascentes, questões estratégicas e pressões políticas tornam o comércio internacional um jogo bruto, mais parecido com uma partida da Copa Libertadores da América do que com o fair-play defendido pelo Barão de Coubertin, na Olimpíada de 1896.

Apesar dessas restrições, há vasta evidência empírica, principalmente para os países desenvolvidos, quanto aos benefícios do comércio internacional para o aumento da produtividade e para o crescimento global. Isso se dá não só pelo canal das vantagens comparativas, mas também pelo avanço e difusão de tecnologias e pelos estímulos aos investimentos e à busca de eficiência nas empresas em razão do ambiente mais competitivo.

A compreensão dessa dinâmica colaborou para que o crescimento do comércio global nas últimas quatro décadas fosse espetacular, apesar de certo arrefecimento após a grande recessão de 2007/2008. No período 1981-2017, o comércio internacional cresceu à taxa média anual de 4,4%, enquanto o PIB global evoluiu a 2,7% ao ano.

Diante dessas lições, como se explica a ameaça de guerra comercial entre Estados Unidos e China, que tanto abalou o mercado financeiro nas últimas semanas? E, afinal, haverá guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo?

É inegável que a China infringe de forma contumaz as regras de comércio internacional, mediante subsídios, juros abaixo das taxas de mercado, manipulação do câmbio e exigências exageradas de reciprocidade para quem quiser entrar no seu mercado.

No entanto, o caminho que Trump ameaça trilhar é a pior escolha para lidar com a questão chinesa. O ideal seria a negociação, fortalecida por alianças com os principais parceiros, bem como atuação na OMC. O presidente não aceita, de forma obcecada, o déficit comercial americano, não apenas o valor total de US\$ 568 bilhões (2017), mas principalmente o saldo negativo de US\$ 375 bilhões das transações de bens com a China.

Trump não consegue entender que o déficit em conta corrente reflete a baixa taxa de poupança dos EUA. Em outras palavras, o déficit externo nada mais é do que o excesso do total de despesas de consumo e investimento em relação à renda nacional. O protecionismo somente reduzirá o déficit se conseguir diminuir a absorção doméstica

O protecionismo somente reduzirá o déficit se conseguir diminuir a absorção doméstica e isso afetaria negativamente o crescimento, o que Trump não quer.

Apesar de Trump não entender essa inconsistência macroeconômica, não é provável que se instaure uma guerra comercial. O atabalhado presidente americano continuará provocando muita incerteza e volatilidade no mercado financeiro com suas declarações insensatas, mas tem suas ações limitadas por uma democracia consolidada, baseada em instituições fortes, que possibilitam justas reações e pressões dos amplos segmentos sociais e empresariais que seriam prejudicados pela irracionalidade de suas políticas. Como disse a revista *The Economist*, seis palavras definem a política comercial de Trump: fazer ameaças, fechar negócios, declarar vitórias.

A China trapaceia

O Estado de S. Paulo - Fareed Zakaria - 09/04/2018

Desde a saída recente de dois altos assessores, a Casa Branca parece ter ficado mais caótica. Mas, em meio ao tumulto, aí incluídos ensandecidos tuítes sobre a Amazon e o México, sejamos francos: Donald Trump está certo – a China trapaceia. Muitos documentos do governo Trump são ridículos e

amadorísticos. Mas um relatório do US Trade Representative (USTR) ao Congresso, sobre o comprometimento da China com as regras de comércio, é uma exceção que vale a leitura.

Numa linguagem comedida e com detalhes, mostra como a China deixou de implementar reformas econômicas, recuou em outras e usa meios formais e informais para impedir empresas estrangeiras de competir no mercado chinês. O relatório aponta que o governo chinês aumentou a intervenção na economia, visando particularmente a empresas de fora – contradizendo os compromissos que assumiu ao ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001.

A ser aceita a conclusão do USTR de que “os EUA erraram ao apoiar a entrada da China na OMC”, fica claro que a expectativa de que Pequim continuaria a liberar seu mercado comprovou ser enganosa. Washington abordou a entrada da China no sistema de comércio do mesmo modo que abordou a de outros países que ingressaram em meados do século 20. À medida que eram admitidos, o mundo livre (especialmente os EUA) abria seus mercados para os novatos, que, em contrapartida, reduziam as barreiras para o ingresso dos outros nos seus. Foi o que aconteceu com Japão, Coreia do Sul e Cingapura. Esses países, porém, tinham duas características que os distinguiam: eram relativamente pequenos no quadro da economia mundial e viviam sob a proteção do guarda-chuva de segurança americano.

Os dois fatores significavam que Washington e o Ocidente exerciam um poder considerável sobre os novos parceiros. Cingapura tinha 2,2 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 19 milhões quando se uniu ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, precursor da OMC), enquanto a Coreia do Sul, com 30 milhões de habitantes, tinha um PIB de US\$ 41 bilhões. O Japão era maior, com 90 milhões de habitantes e um PIB acima de US\$ 800 bilhões (todos os PIBs corrigidos pela inflação).

Então veio a China. Tinha 1,3 bilhão de habitantes e um PIB de quase US\$ 2,4 trilhões ao entrar para a OMC. Era quase um quinto da economia dos EUA. Os chineses pareciam calcular que o tamanho de seu mercado garantiria acesso aos outros e permitiria trapacear. A segurança chinesa nunca dependeu de Washington. A China entrou em guerra contra forças americanas nos anos 1950, com relativo sucesso, e tornou-se potência militar.

A escala e a velocidade da integração da China no sistema mundial tiveram força de um terremoto. O conceituado economista David Autor publicou, com dois colegas, estudos sobre o chamado “choque chinês”. Concluíram que a perda de um quarto de todos os empregos na indústria manufatureira americana entre 1990 e 2007 podia ser explicada pelo dilúvio de importações chinesas. Nada nessa escala havia ocorrido até então.

Hoje, a China conseguiu bloquear ou enquadrar as empresas de tecnologia mais bem-sucedidas do mundo – do Google ao Facebook. Bancos estrangeiros operam com parceiros locais que não entram praticamente com nada. Industriais estrangeiros são forçados a compartilhar tecnologia com sócios

chineses, que então, usando engenharia reversa, fabricam os mesmos produtos e competem com os parceiros. E há a pirataria cibernética. A maior guerra cibernética de uma potência estrangeira contra os EUA não é movida pela Rússia, mas pela China. O alvo são as empresas americanas, cujos segredos e propriedade intelectual vão para concorrentes chineses.

A China não está sozinha. Países como Índia e Brasil também trapaceiam. Na verdade, a última série de negociações mundiais, a rodada Doha, morreu por obstrução do Brasil e da Índia, em sintonia com a China. A maior ameaça hoje à economia mundial aberta vem desses países grandes, que optaram por manter economias mistas, recusam-se a liberar mais e têm poder suficiente para resistir a pressões.

Trump pode não ter escolhido o caminho mais inteligente – focando-se no aço, aumentando tarifas, afastando aliados e atuando fora da OMC –, mas sua frustração é compreensível. Administrações anteriores pressionaram privadamente, trabalharam dentro do sistema e mantiveram aliados a bordo, com resultados limitados. O endurecimento com a China é um caso em que estou pronto a dar crédito aos métodos não convencionais de Trump. Nada mais funcionou. / TRADUÇÃO DE ROBERTO MUNIZ

A China não está sozinha. Países como Índia e Brasil também trapaceiam

China vai retirar as barreiras, afirma Trump

O Estado de S. Paulo - 09/04/2018

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que a China vai retirar as barreiras comerciais anunciadas nos últimos dias “porque é a coisa certa a ser feita”, e que os países chegarão a um acordo de propriedade intelectual. Trump, porém, não justificou a declaração nem disse se a China deu algum indicativo de que planejava abandonar as tarifas.

“O presidente (chinês) Xi (Jinping) e eu sempre seremos amigos, não interessa o que aconteça na nossa disputa comercial. (...) Um ótimo futuro para ambos os países”, escreveu Trump no Twitter. A afirmação foi feita após o confronto entre os países se acirrar. Na semana passada, Trump ordenou que sua equipe avalie a imposição de tarifas sobre US\$ 100 bilhões de produtos importados do país asiático, que se somariam aos US\$ 50 bilhões anunciados anteriormente, como resultado de uma investigação sobre roubo de propriedade intelectual.

Após o anúncio da medida, o porta-voz do Ministério do Comércio chinês, Gao Feng, descreveu como “muito irracional” e “extremamente errada” a decisão de Trump. “A China está totalmente preparada para reagir com força e sem hesitação”, disse Gao. Segundo ele, o governo de Xi Jinping pôs em prática “contramedidas detalhadas” e as retaliações “não excluem nenhuma opção”.

No sábado, Trump usou sua conta no Twitter para se defender: destacou que os EUA não têm superávit comercial com a

China há 40 anos. “Eles (os chineses) devem acabar com o comércio injusto, derrubar barreiras e cobrar apenas tarifas recíprocas. Os EUA estão perdendo US\$ 500 bilhões por ano e vêm perdendo bilhões de dólares há décadas. Isso não pode continuar!”, escreveu.

Ontem, o diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa

Branca, Larry Kudlow, afirmou que o presidente americano não está blefando em relação às tarifas de importação impostas à China e que as barreiras comerciais ao país asiático têm de fazer “parte do jogo”.

“Eu sou contra tarifas em geral. Mas sempre fui linha-dura em relação à China. Embora eu não goste de tarifas, às vezes não há outra opção. Elas fazem parte do que o presidente tem, e ele não está blefando”, disse, em entrevista à Fox News.

O conselheiro também destacou que os dois mandatários têm uma boa relação, apesar da crise comercial. “Ele (Trump) gosta de Xi e respeita o presidente Xi como negociador.”

Amizade “O presidente Xi Jinping e eu sempre seremos amigos, não interessa o que aconteça na nossa disputa comercial.” Donald Trump PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS